



**Santander Pensões, SOCIEDADE
GESTORA DE FUNDOS DE
PENSÕES, SA.**

**Relatório e Contas
Ano 2014**

**Fundo de Pensões Banco
Santander Totta, SA**



Índice

I.	Relatório de Gestão.....	3
II.	Demonstrações Financeiras	13
1.	Demonstração da Posição Financeira.....	13
2.	Demonstração de Resultados.....	14
3.	Demonstração de Fluxos de Caixa	15
III.	Anexo à Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados	16
1.	Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Colectivas e Entidade(s) Gestora(s) .	16
2.	Alterações ocorridas ao plano.....	17
3.	Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras ...	17
4.	Regime Fiscal.....	19
5.	Inventário de Investimentos	20
6.	Imóveis.....	23
7.	Riscos associados à carteira de investimentos	26
8.	Outros devedores	29
9.	Acréscimos e diferimentos – Juros a receber.....	29
10.	Outros credores.....	29
11.	Rendimentos - Gastos e Ganhos - Perdas.....	29
12.	Comissões	30
13.	Contribuições	31
14.	Benefícios Pagos.....	31
15.	Outras Receitas e Despesas	31
IV -	Certificação Legal das Contas.....	33
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	34



I. Relatório de Gestão

Relatório do Fundo Pensões do Banco Santander Totta, S.A.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica de crescimento económico no ano de 2014 ficou caracterizada por uma elevada volatilidade e heterogeneidade entre regiões, mas com uma tendência mais clara de abrandamento, no final do semestre, em especial na zona euro e nos mercados emergentes. Por outro lado, a economia dos Estados Unidos registou uma tendência de recuperação económica ao longo do ano em análise.

Ao longo do ano, o FMI reviu em baixa as projecções de crescimento para o ano de 2014. Em Junho reduziu a perspectiva de crescimento para o ano de 2014, em 0,3pp, para 3,7%, uma alteração explicada, em grande medida, pelas despectivas dos mercados emergentes, por outro. Em Outubro, o FMI voltou a evidenciar as fracas perspectivas de crescimento para a zona euro, e, por outro lado acompanhadas com um nível de inflação baixa. O FMI mantém, contudo, as projecções para 2015, de um crescimento de 4%, baseado numa aceleração de todas as regiões da economia mundial. Contudo, os riscos estão enviesados em baixa, devido também ao risco geopolítico em algumas regiões do globo, sendo que de relevo para a Europa está o conflito na Ucrânia.

A economia dos Estados Unidos registou uma maior desaceleração do crescimento no início do ano, já que o PIB contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, muito afectado por condições climatéricas adversas, que afectaram não só o investimento, através da actividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, que o FMI considera abrir perspectivas favoráveis para o ano de 2015. O ano de 2014 deverá ficar marcado por um crescimento do PIB de cerca de 2.2%.

Contudo, o mercado laboral continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 230 mil postos de trabalho desde o início do ano, o que permitiu uma mais rápida descida da taxa de desemprego, para 5,6% em Dezembro.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA continuou a reduzir gradualmente o volume de aquisição de activos financeiros ("tapering") para um ritmo mensal de 25 mil milhões de dólares. Permanece ainda o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam poder ocorrer no segundo semestre de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-



americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem em níveis mínimos.

A discussão sobre o início deste processo de “*tapering*” e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Em resultado, uma parte significativa destes fundos foram canalizados para a Europa, contribuindo, juntamente com dados económicos favoráveis (no início do ano), para uma valorização dos mercados accionistas e uma descida das taxas de juro de médio e longo prazo.

Na zona euro, o primeiro semestre iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de actividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da actividade e subsequente revisão em alta das perspectivas de crescimento. Contudo, durante o segundo semestre, a situação reverteu-se e em alguns países houve mesmo uma contracção do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países. Em 2014, a Zona Euro deverá ter crescido 0,8%.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Dezembro, se situou em -0,2%, levou o Banco Central Europeu, ao longo do ano de 2014, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,05% (uma redução de 20pb), enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa. Com esta medida, o BCE procurará que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

Os mercados accionistas registaram máximos históricos, durante o primeiro semestre, em especial nos EUA, mas também na Europa, fruto de resultados positivos e de um sentimento generalizado de optimismo e menor aversão ao risco. Já no final do semestre, a aversão ao risco regressou, resultando numa correcção em baixa dos principais índices, sendo que em Portugal o PSI20 foi especialmente afectado pelos eventos relativos ao Banco Espírito Santo. No segundo semestre do ano, os mercados accionistas continuaram a registar uma elevada volatilidade, tendo encerrado o ano com valorizações significativas nos mercados dos Estados Unidos e performances menos expressivas no mercado Europeu.



As yields de longo prazo corrigiram dos máximos verificados no início do ano, reagindo a dados económicos menos favoráveis, conhecidos durante o segundo trimestre, e posteriormente influenciados por um movimento de fuga para a qualidade, no quadro de desinvestimento em mercados accionistas. Este efeito foi mais visível na Europa, com as yields alemãs a retrocederem para mínimos.

Economia Portuguesa

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última tranche de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a tranche final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adoptar, num reduzido período de tempo, as medidas compensatórias.

Durante os primeiros oito meses do ano, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Junho, o Tesouro emitiu a 10 anos, à yield de 3,25% (que compara com uma emissão a 5,11% em Fevereiro). Em Julho, e pela primeira desde 2010, o Tesouro realizou uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%. Ao longo do resto do ano, foram efetuadas novas emissões com yields cada vez mais baixas refletindo a menor aversão ao risco dos investidos à dívida pública Portuguesa.

A conjuntura económica durante o primeiro semestre caracterizou-se por um crescimento mais moderado do que o verificado no final de 2013, e que foi marcado por factores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos energéticos, e conseqüente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este factor, mas terá já recuperado no segundo trimestre, após o reinício de laboração da refinaria.

Ao longo do resto do ano de 2014, os indicadores de procura interna continuam a sinalizar uma recuperação moderada da actividade. O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A descida do desemprego, que caiu para 13,5% no final do ano, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores.

O ano de 2014 deverá ter registado um crescimento do PIB de 0.7%.



O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projectos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. No entanto, o inquérito ao investimento, realizado pelo INE e publicado em Julho, evidencia maiores intenções de investimento no corrente ano (+2,4%, face à anterior estimativa de +1,1%).

Esta melhoria está patente, em parte, nas dinâmicas de nova produção de crédito a empresas. Apesar de os volumes serem ainda historicamente baixos, nos meses de Abril e Maio registaram um crescimento homólogo de cerca de 5%. Também o inquérito às condições no mercado de crédito, publicado pelo Banco de Portugal, sinaliza uma moderação nas condições de concessão de crédito pelos bancos, assim como um aumento da procura por parte das empresas.

No entanto, o crédito total às empresas continua a reduzir-se, reflectindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, factores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português.

A contracção das exportações, associada à paragem técnica da refinaria de Sines, teve impactos sobre a balança comercial, que anulou o saldo excedentário que tinha alcançado no ano transacto, ficando uma melhoria dependente da recuperação das exportações.

A execução orçamental ao longo do ano de 2014, na óptica da contabilidade pública (caixa), evidenciou uma melhoria face ao ano anterior, fruto de um maior crescimento económico e também de um maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA.

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência *Moodys*, para Ba1 (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com *outlook* estável. As demais agências mantiveram o *rating*, mas reviram o *outlook* para estável.

Política de investimento

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, acções, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

As aplicações do Fundo serão realizadas com maior incidência na classe de obrigações. Esta classe abrange os títulos de dívida pública ou privada, de taxa fixa ou de taxa variável,



obrigações indexadas à inflação, títulos de participação e outros instrumentos representativos de dívida, bem como as unidades de participação em organismos de investimento colectivo que detém, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, directa ou indirectamente, em obrigações. Tendo a Sociedade Gestora como objectivo seleccionar os emitentes de acordo com certos padrões de risco.

Assim:

- O investimento em obrigações de emitentes de mercados emergentes, não deverá ser superior a 5% do valor do fundo e será preferencialmente denominado em Euros;
- O investimento em obrigações diversas deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo. No caso de emitentes internacionais serão privilegiados os com notação de risco mínima de BBB- (investment grade) e, no caso de emitentes nacionais, serão privilegiadas, designadamente, empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado.
- As emissões internacionais com rating inferior a BBB-, não deverão exceder 15% do valor global do Fundo.
- Para notas estruturadas emitidas sem rating será considerado o rating do subjacente. No caso de notas colateralizadas será considerado o rating mínimo entre o colateral e o activo subjacente. No caso de um cabaz de subjacentes será considerado o rating médio ponderado.

A classe de acções engloba o investimento entre acções, organismos de investimento colectivo que detém, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, directa ou indirectamente, em acções, obrigações convertíveis ou que confirmam o direito à subscrição de acções, futuros, nomeadamente sobre acções ou índices de acções, warrants autónomos e opções.

O investimento nos referidos contratos de futuros e de opções, em termos de exposição ao risco, tomando por base o valor nominal dos contratos no caso do primeiro, e pelo delta, no caso dos segundos, não poderá ser superior à prevista se o investimento fosse efectuado directamente nos mercados accionistas.

A Liquidez contempla o numerário, os depósitos bancários e outros activos de natureza monetária, e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, certificados de depósito e papel comercial.

O Imobiliário compreende as aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e de empréstimos aos participantes do Fundo, acções de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. O investimento em activos imobiliários directos não poderá representar mais de 10% do património do fundo, estando o investimento em fundos imobiliários externos limitado a 5%.



Os terrenos e edifícios detidos pelo Fundo não podem ser de exploração industrial nem ter uma vocação de tal forma específica que torne difícil a sua venda pelo fundo.

O fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, incluindo fundos geridos por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade gestora

No final do período em análise, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, S.A., tal como definido na sua política de investimento e com o objectivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 42.75% do total dos activos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 27.51% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe accionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 17.64% da carteira.

Em 31 de Dezembro de 2014 não se encontravam a ser cumpridos os seguintes limites:

Por consequência dos impactos decorrentes da transferência para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, conforme disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, foi submetido ao organismo regulador (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), um plano de regularização das situações de incumprimento.

	Limite Máximo	Limite a 31.12.2014
Limite de Investimento em Activos Imobiliários	25%	26.26%
Limite de Investimento em Activos Imobiliários Externos	5%	5.92%
	Limite Mínimo	Limite a 31.12.2014
Limite de Investimento em Obrigações de Taxa Variável	20%	3.25%

Adicionalmente encontravam-se excedidos os seguintes limites em 31 de Dezembro de 2014, justificados com a entrada da dotação de final do ano, efectuada pelo BST, de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº4/2005, o qual determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo.

	Limite Máximo	Limite a 31.12.2014
Limite de Exposição ao Grupo	10%	10.76%
Limite de Associados Santander Totta	5%	10.76%



Benchmark

De acordo com a política de investimento, serão definidos, para cada classe de activos, os seguintes benchmarks e limites de investimento:

Classe de Activos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Liquidez	5	0-15
Imobiliário	15	5-25
Obrigações Taxa Fixa	20	0-40
Obrigações Taxa Variável	40	20-60
Commodities	0	0-5
Acções	20	0-35
Alternativos	0	0-10
TOTAL	100	

Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

- Risco de Rendimento:
 - O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
 - O fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- Risco de Crédito
 - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- Risco de Taxa de Juro:
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
- Risco Financeiro
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos activos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo



prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os activos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos activos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da actividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspectiva global como dentro de cada área de actividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

Risco de Liquidez – É analisada a posição dos activos dos fundos distribuídos por classe de activos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os activos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.

Performance & Benchmarking – É analisada a rendibilidade do Fundo e respectiva comparação com a concorrência.

Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas correctivas, assim como a concentração do património por tipo de activos.



Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivativos nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.

Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.

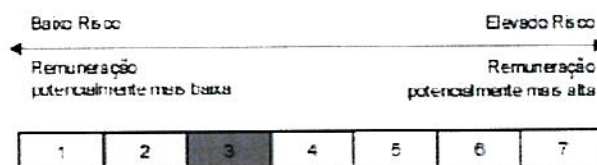
Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Performance

Em 2014, a rentabilidade e o risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	-1,91%	9,43%	4
2011	-21,24%	14,66%	5
2012	7,64%	4,22%	3
2013	5,59%	3,99%	3
2014	3,54%	4,87%	3

Nota: As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transacção, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;



- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo

Evolução dos activos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2014, era de 910 580 268,93€.

Valor da quota-parte do Fundo afecta

O valor total da carteira do Fundo é afecto ao Banco Santander Totta, S.A.

Valor actual das responsabilidades passadas

O valor actual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 889 569 000,00€.


Nível de cobertura das responsabilidades passadas

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 102.36%.

Eventos relevantes do exercício

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 19 de Março de 2015



José Carlos Santos



II. Demonstrações Financeiras

1. Demonstração da Posição Financeira

Notas	Descrição	31.12.14	31.12.13
	Activo		
	Investimentos		
5	Títulos de Crédito do Estado	179 459 460	132 220 523
5	Obrigações de Entidades Privadas	163 049 359	155 531 586
5	Fundos de Investimento Imobiliário	192 144 933	199 888 263
5	Fundos Investimento Mobiliário	155 548 950	148 181 012
5	Acções	45 667 558	47 050 115
5	Outros investimentos	14 608 001	11 854 330
6	Imóveis	55 206 058	63 761 507
	Tesouraria		
	Depósitos à Ordem	87 602 558	66 271 790
	Outros depósitos	2 759 488	2 564 417
	Depósitos a prazo	5 000 000	
	Devedores Gerais		
	Estado		396 036
	Corretores		
8	Outros Devedores	4 057 998	6 771 361
	Acréscimos e Diferimentos		
9	Juros a Receber	6 741 367	5 942 975
6	Rendas a Receber	361 786	414 747
	Outros	5	5
	Total Activo	912 207 520	840 848 668
	Passivo		
	Credores Gerais		
	Entidade Gestora	(288 161)	(287 394)
	Corretores		
	Estado	(94 680)	
10	Outros Credores	(1 181 240)	(18 183)
	Pensões a pagar vencidas		
	Acréscimos e Diferimentos		
	Outros acréscimos custos	(63 171)	
	Total Passivo	(1 627 252)	(305 577)
	Valor do Fundo	910 580 269	840 543 091
	Valor do Fundo - Passivo	912 207 520	840 848 668



2. Demonstração de Resultados

Notas	Demonstração de Resultados	31.12.14	31.12.13
	Acréscimos no Valor do Fundo		
13	Contribuições	78 741 441	58 550 692
11	Rendimentos de Aplicações	21 847 909	20 342 367
11	Ganhos em Aplicações	84 974 479	73 321 803
15	Outras Receitas	128 760	189 926
	Decréscimos no Valor do Fundo		
15	Prémios Seguros	1 823 667	852 000
14	Pensões e Capitais Vencidos	38 532 011	38 509 649
12	Comissões de Gestão e de Depósito	1 826 142	4 063 061
	Comissões de Mediação	96 416	257 565
11	Perdas em Aplicações	72 617 079	52 910 706
15	Outras Despesas	760 097	205 309
	Resultado Líquido	70 037 178	55 606 497



3. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Contribuições		
Contribuições dos associados	76 410 272	55 890 000
Contribuições dos participantes/beneficiários	2 331 190	2 317 303
Transferências	-	233 389
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	(31 570 363)	(31 567 560)
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias	-	-
Capitais vencidos (Remições / vencimentos)	-	-
Transferências	-	-
Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(6 961 647)	(6 942 090)
Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(382 937)	(797 087)
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	128 760	299 927
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo	-	-
Reembolsos fora das situações legalmente previstas	-	-
Devolução por excesso de financiamento	-	-
Remunerações		
Remunerações de gestão	(1 532 371)	(3 837 017)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	-	-
Outros rendimentos e ganhos	-	-
Outras despesas	(220 114)	(179 574)
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	38 202 789	15 417 292
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação / reembolso dos investimentos	352 122 945	233 351 066
Rendimentos dos investimentos	23 583 120	2 050 321
Pagamentos		
Aquisição de investimentos	(387 203 511)	(215 740 667)
Comissões de transacção e mediação	20 402	17 571
Outros gastos com investimentos	(199 906)	(196 030)
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	(11 676 951)	19 482 260
Variações de caixa e seus equivalentes	26 525 839	34 899 552
Efeitos de alterações de taxa de câmbio	-	-
Caixa no início do período de reporte	68 836 207	33 936 655
Caixa no fim do período de reporte	95 362 046	68 836 207



III. Anexo à Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados

1. Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Colectivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, adiante designado por Fundo, foi constituído em 30 de Dezembro de 1988 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O plano de Pensões de Benefício Definido dos colaboradores do Banco Santander Totta, segue o estipulado no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). O plano de Pensões do Banco Santander Totta não é um plano contributivo, uma vez que as contribuições efectuadas decorrem do estabelecido no ACT.

As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:

- Elegibilidade: Todos os funcionários que pertençam ao quadro de pessoal efectivo admitidos no sector bancário;
- Coberturas: Invalidez, invalidez presumível e sobrevivência;
- Tempo de serviço pensionável: Número de anos e meses ao serviço da banca;
- Salário pensionável: Última retribuição mensal que inclui o vencimento base e diuturnidades;
- Pensão de invalidez e invalidez presumível: Calculada de acordo com o estabelecido no ACT, mas considerando os períodos e percentagens fixadas no ACT aplicáveis ao salário pensionável (sem diuturnidades). As diuturnidades serão posteriormente adicionadas à pensão nos mesmos termos em que são calculadas no ACT;
- Pensão de sobrevivência: Em caso de morte do participante enquanto activo, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades); Em caso de morte de um reformado a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades) a que o reformado teria direito se tivesse activo, na data da morte.
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos de acordo com a cláusula 140º do ACT do Sector Bancário;
- A actualização das pensões é efectuada por decisão do Banco Santander Totta e com referência ao estipulado na tabela ACT. O associado assume o pagamento de qualquer contribuição extraordinária para fazer face à referida actualização de pensões;
- SAMS - De acordo com o estipulado no ACT o associado efectua a contribuição de 6,5%, sobre a retribuição mínima mensal de todos os colaboradores, para o SAMS, entidade autónoma gerida pelo Sindicato;



- Subsídio por morte: O subsídio por morte Ségur o estipulado no regime geral da Segurança Social (seis vezes o valor da retribuição mensal efectiva, ou pensão de doença ou invalidez, conforme o que se mostre mais favorável ao beneficiário).

2. Alterações ocorridas ao plano

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No final de 2011, o Banco acordou com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas a pensões em pagamento, conforme estabelecido no Decreto-Lei 127/2011, de 31 de Dezembro. De acordo com a referida legislação, apenas foram transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (o que decorre da aplicação do ACT do Sector Bancário).

O Banco, através do seu Fundo de Pensões, mantém a responsabilidade por possíveis actualizações futuras do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

3. Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º 12/95 - R de 6 de Julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 8/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 10/2002 - R de 7 Maio de 2002 e 7/2007 - R de 17 de Maio de 2007, as quais prevêm os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de Dezembro de cada ano.
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversária;
- As contribuições a contabilizar na respectiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efectivamente recebidas;

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014



- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efectuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo. Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transacção, pelo valor efectivo de aquisição.

A avaliação dos activos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de Junho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos activos:

- Os activos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respectivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes activos não tenham sido transaccionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transacção efectuada, são equiparados a activos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.
- Os activos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de activos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.



Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflecta o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados creíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”.

A margem inicial é registada na rubrica “Outras contas de devedores”. Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do activo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

Operações em moeda estrangeira

Os activos em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respectivamente.

4. Regime Fiscal

Em sede de IRC

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transacções, conforme definido pelo Art.º 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efectuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
 - Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do
- Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014*



imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

Em sede de IVA

- Rendimentos Prediais - Isenção dos termos n.º 29 do artigo 9.º do CIVA (possibilidade de renúncia à isenção de IVA).

Em sede de IMT

- Estão isentas de IMT as aquisições de imóveis dos Fundos de Pensões e equiparáveis que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional (artigo 49.º do EBF).

Em sede de IMI

- São isentos de IMI os prédios integrados em Fundo de Pensões constituídos de acordo com a legislação nacional (artigo 49.º do EBF).

5. Inventário de Investimentos

A carteira do Fundo apresenta em 31 de Dezembro de 2014 um total de 750 478 260 euros, os quais incorporavam o valor de juros decorridos de 6 715 841 euros. A carteira de investimentos em activos decompunha-se da seguinte forma:

Descrição dos títulos	Preço Aquisição	Mais Valia	Menos Valia	Valor Carteira	Juros Decorridos
Acções					
Mota Engil	6 270 483	-	(2 682 149)	3 588 335	-
B.Santander Totta SA	152 368	-	-	152 368	-
BASF	1 526 606	-	(129 006)	1 397 600	-
Total StkB	1 698 508	2 292	-	1 700 800	-
SANOFI - AVENTIS	1 434 874	78 326	-	1 513 200	-
AXA	1 752 500	168 000	-	1 920 500	-
Vinci SA	1 442 652	377 748	-	1 820 400	-
Publicis Groupe	1 203 168	-	(10 368)	1 192 800	-
B. Nationale Paris	1 229 148	100 872	-	1 330 020	-
Securitas AB-B SHS	1 118 892	691 073	-	1 809 965	-
Royal Dutch Shell-A	1 477 441	182 159	-	1 659 600	-
Aviva Plc	1 406 984	459 109	-	1 866 093	-
British A. Tobacco	1 273 638	74 416	-	1 348 055	-
ENI IM	1 569 429	-	(263 529)	1 305 900	-
Imperial Tobacco Plc	1 475 831	344 685	-	1 820 516	-
PIRELLI & C. Equity	1 534 553	-	(156 160)	1 378 393	-
Bayerische Motoren	1 643 559	421 151	-	2 064 710	-
HSBC Holdings PLC	1 856 362	-	(293 645)	1 562 717	-
Deutsche Post Ag-Reg	1 465 956	156 744	-	1 622 700	-
Rio Tinto Plc	1 877 057	-	(336 423)	1 540 634	-
Siemens AG Reg	1 495 871	379 129	-	1 875 000	-
Stan Chartered plc	1 543 819	-	(678 368)	865 451	-
Allianz SE	1 330 154	318 046	-	1 648 200	-
Yara International	900 438	111 078	-	1 011 515	-
ZURICH INSU GROUP AG	1 182 585	372 804	-	1 555 389	-

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014



Descrição dos títulos	Preço Aquisição	Mais Valia	Menos Valia	Valor Carteira	Juros Decorridos
Acções					
Roche Holding Genuss	1 395 459	175 815	-	1 571 274	-
ABB LTD	1 115 436	115 269	-	1 230 705	-
MAP SMEQUITY	1 998 673	102 638	-	2 101 311	-
NESTLE SA- Resgist	1 068 696	144 711	-	1 213 407	-
Total Acções	45 441 141	4 776 065	(4 549 648)	45 667 558	-
Títulos de dívida					
<u>Títulos de Crédito do Estado</u>					
PGB 4.75% 14/06/2019	5 371 935	723 855	-	6 095 790	139 943
OT 4.8% 15/06/2020	28 132 013	7 657 872	-	35 789 885	811 660
PGB 4.95% 25/10/2023	14 642 530	2 752 421	-	17 394 951	135 562
PGB5 5.65% 15/2/24	30 801 671	4 397 331	-	35 199 002	1 410 735
PGB 3.875% 15/2/30	7 175 744	273 849	-	7 449 593	85 236
SPGB 5.9% 30/07/2026	6 553 890	3 217 410	-	9 771 300	175 384
SPGB 5.85% 31/01/22	11 174 820	3 323 730	-	14 498 550	590 610
SPGB 2.75% 31/10/24	12 910 370	881 380	-	13 791 750	58 390
SPGB 5.15% 31/10/44	9 986 822	3 194 478	-	13 181 300	80 481
BTPS 3.75% 1/8/21	8 052 450	1 330	-	8 053 780	109 137
BTPS 1.15% 15/5/17	6 013 500	60 060	-	6 073 560	8 959
FADE 5.9% 17/03/2021	9 395 000	2 765 000	-	12 160 000	445 329
	150 210 744	29 248 716	-	179 459 460	4 051 426
<u>Obrigações de Entidades Privadas</u>					
BBVA4.592 Perp 09/16	15 787 500	5 578 250	-	21 365 750	294 156
Parpub 3.75% 07/21	16 888 140	460 360	-	17 348 500	317 877
CELBI Float 02/15	12 375 000	30 000	-	12 405 000	59 870
EDP 2.625% 18/1/22	10 656 178	200 973	-	10 857 151	81 026
Xenon Capital 12/44	22 452 760	-	(13 820 760)	8 632 000	-
EDP 4.875% 14/9/20	8 256 750	353 250	-	8 610 000	109 187
SONPL 1.625% 11/6/19	7 815 500	-	(659 000)	7 156 500	7 313
MTNA 3% 25/3/19	5 985 000	165 000	-	6 150 000	139 068
BMARE 3.125% 21/1/19	4 993 600	504 400	-	5 498 000	147 688
ENI 0.25% 30/11/15	5 020 000	-	(46 500)	4 973 500	1 096
BRCORO 6.875% 04/18	3 980 040	720 560	-	4 700 600	206 438
GALP 4.125% 25/1/19	4 031 165	128 835	-	4 160 000	154 151
NEOFP 2.5% 06/2021	4 164 164	-	(65 426)	4 098 738	55 233
CABK 5% 14/11/23	3 379 770	262 922	-	3 642 692	22 356
POPSM 2.5% 1/2/17	3 506 020	74 935	-	3 580 955	82 226
EDP 2.625% 15/4/19	3 429 848	136 749	-	3 566 597	64 852
ASML 3.375% 19/9/23	3 379 285	102 395	-	3 481 680	28 849
ASGEN 2.875% 14/1/20	3 087 724	303 118	-	3 390 842	85 951
SWFP 1.75% 24/1/22	3 137 670	22 110	-	3 159 780	27 473
GFCFP 1.75% 30/7/21	3 072 300	43 170	-	3 115 470	22 295
OIBRBZ 4.625% 8/5/20	3 000 000	36 120	-	3 036 120	90 473
UBS 4.75% 12/2/2026	2 773 455	217 425	-	2 990 880	117 064
SAUDCR FLOAT 3/7/17	2 700 000	-	(13 500)	2 686 500	45 072
FCC 6.5% 30/10/14	2 739 250	-	(66 250)	2 673 000	30 375
OIBRBZ 5.875% 04/18	1 989 400	161 400	-	2 150 800	83 377
SRGIM 5.25% 19/9/22	1 939 808	124 288	-	2 064 096	23 934
FCEB 1.875% 18/4/19	1 849 083	78 986	-	1 928 068	30 112
REN 4.75% 16/10/20	1 647 690	235 076	-	1 882 766	16 534
COFP 4.87% 31/1/49	1 500 000	51 000	-	1 551 000	67 046
CAJAR 3.75% 22/1/18	1 056 100	49 700	-	1 105 800	4 110
BV 3.125% 21/1/21	1 009 000	77 500	-	1 086 500	29 538
Eirles2-334 10/04/46	83 561 940	-	(83 561 865)	75	-
	251 164 139	10 118 521	(98 233 301)	163 049 359	2 444 738
Total Títulos de dívida	401 374 883	39 367 237	(98 233 301)	342 508 819	6 496 163

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014



Descrição dos títulos	Preço Aquisição	Mais Valia	Menos Valia	Valor Carteira	Juros Decorridos
Unidades de Participação					
<u>Fundos Investimento Mobiliário</u>					
Ishares Euro Stoxx50	35 728 230	7 885 720		43 613 950	-
Lyxor ETF MSCI Europ	23 930 291	4 088 469		28 018 760	-
Sant.Acções Europa	14 000 000	946 110		14 946 110	-
MultiObrigações	13 317 185	1 035 962		14 353 147	-
SANTANDER EUR BOND	12 000 000	103 564		12 103 564	-
Vont-BELVISTA COMM	11 500 000		(2 896 157)	8 603 843	-
S Acciones Espanolas	6 593 853	1 593 754		8 187 607	-
Sant.Acções Portugal	8 335 629		(158 144)	8 177 485	-
Explorer - III CL B	14 086 478		(7 160 616)	6 925 862	-
S SMALL CAPS FUND	4 500 000	74 656		4 574 656	-
TII C	2 135 000	256 200		2 391 200	-
Explorer - II	1 589 552		(264 749)	1 324 804	-
Luso Carbon Fund	2 311 889		(1 167 150)	1 144 739	-
PVCi	1 235 511		(520 238)	715 273	-
F-HITEC	2 235 865		(1 984 915)	250 950	-
Fundo Bem Comum, FCR	22 000	195 000		217 000	-
	153 521 483	16 179 435	(14 151 968)	155 548 950	-
<u>Fundos de Investimento Imobiliário</u>					
Fundo Lusimovest	70 190 483	-	(11 057 939)	59 132 544	-
Novimovest Up Bruta	52 692 596	-	(224 002)	52 468 594	-
FII - Imosocial	19 740 584	2 098 140	-	21 838 724	-
ImoRecuperação	19 437 322	-	(1 037 874)	18 399 448	-
Pend Imosocial	-	-	(3 172 941)	(3 172 941)	-
F.I.Imob. Maxirent	12 221 569	143 351	-	12 364 920	-
Imp.Ret. Lusimovest	-	8 256 538	-	8 256 538	-
Logística e Distrib.	7 191 712	-	(1 980 518)	5 211 194	-
FIIF Imosaúde	3 910 291	804 197	-	4 714 488	-
Vision Escritórios	5 224 803	-	(2 628 886)	2 595 917	-
Ibéria FEI Imobiliár	4 506 086	-	(4 506 006)	80	-
PREFF Real Estate C	14 319 589	-	(3 984 162)	10 335 428	-
	209 435 035	11 302 225	(28 592 328)	192 144 933	-
Total Unidades de Participação	362 956 518	27 481 661	(42 744 296)	347 693 883	-
Outros investimentos					
<u>Papel Comercial</u>					
PC ACS 2.52% 1/4/15	4 875 766	-	-	4 875 766	93 517
PC acs 2.43% 10/4/15	4 880 096	-	-	4 880 096	87 293
Acciona 2.47% 6/8/15	3 853 755	-	-	3 853 755	38 868
	13 609 616	-	-	13 609 616	219 678
<u>Opcões</u>					
Call AXA c20 jun15	(79 000)	14 000		(65 000)	-
Call NESN C76 jun15	(30 273)	11 810		(18 463)	-
CALL ROG C280 JUN15	(63 398)	20 667		(42 731)	-
CALL SNWC88 JUN15	(43 200)	28 000		(15 200)	-
Call eni c20 jun15	(54 595)	52 165		(2 430)	-
CALL YAR C320 MAR15	(42 286)		(20 593)	(62 879)	-
CALL DPWC26 JUN15	(67 200)		(66 000)	(133 200)	-
CALL BASF C84 JUN15	(48 000)	39 800		(8 200)	-
CALL ZURN C280 JUN15	(39 421)		(125 599)	(165 020)	-
CALL RTZ C3800 JUN15	(66 697)	54 372		(12 325)	-
Call tab c3800 jun15	(27 731)	6 933		(20 799)	-
CALL SECUB C80 JUN15	(68 221)		(219 227)	(287 448)	-



Descrição dos títulos	Preço Aquisição	Mais Valia	Menos Valia	Valor Carteira	Juros Decorridos
Outros investimentos					-
<u>Opcões</u>					
Call ALV c140 jun15	(35 400)		(21 720)	(57 120)	-
CALL IMT C3000 JUN15	(43 651)	9 950		(33 701)	-
Put SX5E 3000 Jan15	720 831		(518 440)	202 391	-
Put SX5E 2800 Jan15	(271 184)	203 388		(67 796)	-
	(259 427)	441 084	(971 579)	(789 921)	-
<u>Outros</u>					
Carteira Alternativa	1 641 847	113 439		1 755 287	-
Amaranth Int.Ltd.-A	109 955		(79 250)	30 705	-
King Street CL AS 5	1 998	274		2 272	-
King Street CI S s20	-	17		17	-
King Street CI S s18	3	7		9	-
Kingstreet S Ser 13	-	9		9	-
Kingstreet S Ser 14	50		(44)	6	-
Lux Invest Plus - B	2 355 382		(2 355 382)		-
	4 109 234	113 747	(2 434 675)	1 788 306	-
Total Outros Investimentos	17 459 424	554 831	(3 406 254)	14 608 001	219 678
Total carteira de títulos	827 231 966	72 179 793	(148 933 499)	750 478 260	6 715 841

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira e respeitam ao seu apuramento desde a data de aquisição dos mesmos.

No exercício de 2013 foi decisão da entidade gestora do Fundo o registo de uma perda por imparidade adicional incidente sobre as unidades de participação de fundos de investimento imobiliário no valor de cerca de 7 123 119 euros, a qual foi revertida parcialmente no exercício de 2014 no valor de 3 950 178 euros (a perda por imparidade registada no balanço em 31 de Dezembro de 2014 cifra-se em 3 172 941 euros).

6. Imóveis

O Fundo detém na sua carteira investimentos imóveis, avaliados em 55 206 058 euros. Durante o exercício de 2014, foi gerada uma menos valia proveniente das avaliações efectuadas no valor de 5 515 489 euros, a qual se discrimina de seguida:



Imóvel	Valor 31.12.14	Valor 31.12.13	Valia avaliação
Rua 4 de infantaria 47/47A e R. Correia Teles 18	230 200	500 000	(269 800)
Vale do Crevo	371 800	575 000	(203 200)
Centro Totta B FrcB - PISO -4 dto	471 600	701 369	(229 769)
Centro Totta B FrcC - PISO -3 dto	425 300	572 801	(147 501)
Centro Totta B FrcD - PISO -3 tardoz	603 400	859 319	(255 919)
Centro Totta B FrcF - PISO -1 dto	603 400	859 319	(255 919)
Centro Totta B FrcG - r/c dto	425 300	636 442	(211 142)
Centro Totta B FrcP - 7º	2 445 100	3 627 729	(1 182 629)
Centro Totta B FrcQ - 8º	2 468 100	3 723 196	(1 255 096)
Centro Totta A FrcR - r/c dto	305 500	390 362	(84 862)
Centro Totta A FrcT - r/c esq	302 500	390 362	(87 862)
Centro Totta A FrcV - 2º	2 449 800	3 637 690	(1 187 890)
Largo da Republica, nº 1 a 8	127 100	271 000	(143 900)
	11 229 100	16 744 589	(5 515 489)

Adicionalmente, no exercício de 2014, o Fundo alienou 6 imóveis, os quais geraram uma menos valia de 19 960 euros, conforme se apresenta:

Imóvel	Valor de alienação	Valor em balanço	Valia alienação
Av. Gago Coutinho, Lote 1, São João do Estoril	540 000	554 454	(14 454)
EN 11, nº 3 a 7	370 000	355 970	14 030
Av. Miguel Bombarda, nº108	440 000	457 736	(17 736)
Largo da Quinta Grande, nº13	350 000	332 800	17 200
Rua Bernardo Francisco Costa, nº4	630 000	631 183	(1 183)
Estrada de Benfica nº 402	690 000	707 817	(17 817)
	3 020 000	3 039 960	(19 960)

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, quais os métodos utilizados na avaliação dos mesmos durante o exercício, bem como o ano da última avaliação realizada.

Imóvel	Valor 31.12.14	Valor 31.12.13	Avaliação	
			Ano*	Método Avaliação**
Pr. H. Delgado	17 048 800	17 048 800	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Av. Casal Ribeiro	11 803 396	11 803 396	2013	Método do Rendimento e Método Comparativo
R. Alportel/R.Sol	4 469 614	4 469 614	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Centro Totta B FrcQ - 8º	2 468 100	3 723 196	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Centro Totta A FrcV - 2º	2 449 800	3 637 690	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Centro Totta B FrcP - 7º	2 445 100	3 627 729	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Av. João Crisóstomo, nº 10, 10 A Fração B e B10- Fração C	1 017 415	1 017 415	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento



Imóvel	Valor 31.12.14	Valor 31.12.13	Avaliação	
			Ano*	Método Avaliação**
Avenida Arriaga nº 75 3º	921 500	921 500	2012	Métodos do Custo, Rendimento e comparativo
Terreno Troia (Meides - Grândola)	860 000	860 000	2012	Método do Custo, de Mercado e de Rendimento (Valor Residual)
Rua Santana à Lapa, nº 150	752 547	752 547	2012	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Rua D. Maria II, nº2	671 573	671 573	2012	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Centro Totta B FrcD - Piso -3 tardoz	603 400	859 319	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Centro Totta B FrcF - Piso -1 dto	603 400	859 319	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Rua Dr. Antonio Evas, nº 88	535 913	535 913	2012	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Avenida Alfredo da Silva, nº 32, 32-A e 32-B	517 970	517 970	2012	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Centro Totta B FrcB - Piso -4 dto	471 600	701 369	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Rua Mário Graça, nº 13 a 19	445 744	445 744	2012	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Centro Totta B FrcG - r/c dto	425 300	636 442	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Centro Totta B FrcC - Piso -3 dto	425 300	572 801	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Rua Adelino Amaro da Costa, nº 304	414 568	414 568	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
R. Augusto Nogueira Silva e R. Igreja -	411 100	411 100	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Rua Dr Florindo Toscano, nº 145- Fracção DI	393 300	393 300	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Vale do Crevo	371 800	575 000	2014	Método Comparativo complementado pelo Método de Substituição
Rua Serpa Pinto, nº 143 - Edifício do Eléctrico	338 000	338 000	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Rua de timor, Lote 120, Olval Basto	305 969	305 969	2012	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Centro Totta A FrcR - r/c dto	305 500	390 362	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Centro Totta A FrcT - r/c esq	302 500	390 362	2014	Método do Discounted Cash-Flow e Método do Rendimento
Rua da Figueira da Foz nº 116- loja 2 -	274 133	274 133	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Av. Camilo Tavares de Matos n.º 131	270 100	270 100	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
R. Cândido Reis n.º 178 e 182 - Fracção A	263 100	263 100	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Rua Horta de S. Pedro Lote 16 Loja 5	262 543	262 543	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Av. Eng. Adelino Amaro da Costa (Loja)	234 200	234 200	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Rua 4 de infantaria 47/47A e R. Correia Teles 18	230 200	500 000	2014	Método Comparativo
Quinta do Simão- EN nº 16 (zona industrial)	212 950	212 950	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Av. José Estevão - B C	207 000	207 000	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
Av. Draveil e Av dos Correios - Esmoriz	205 300	205 300	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
Loja Pombal Fracção B	200 000	200 000	2013	Métodos: Custo & Rendimento & Comparativo
R. Cândido Reis n.º 178 e 182 - Fracção B	193 800	193 800	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento



Imóvel	Valor 31.12.14	Valor 31.12.13	Avaliação	
			Ano*	Método Avaliação**
Av. Dr. Aresta Branco nº 17 C	175 400	175 400	2013	Métodos: Comparativo & Construção & Rendimento
Praça da Republica, nº 49 e 49A	153 000	153 000	2013	Métodos: Comparativo & Construção & Rendimento
Largo da Republica, nº 1 a 8	127 100	271 000	2014	Método Comparativo e Método do Rendimento (Atualização de Rendas)
R. Augusto Saias - Urb. Paraiso	122 038	122 038	2013	Métodos: Rendimento
R dr. Sebastião Alcântara, R/C	114 200	114 200	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
Rua Horta de S. Pedro Lote 16 Loja 4	64 484	64 484	2013	Métodos: Comparativo & Rendimento
R. Rangel de Lima, Loja B	61 300	61 300	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
R. Rangel de Lima, Loja A	56 000	56 000	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
Av. Gago Coutinho, Lote 1, São João do Estoril	0	554 454	N.a.	Imóvel alienado em 2014
EN 11, nº 3 a 7	0	355 970	N.a.	Imóvel alienado em 2014
Av. Miguel Bombarda, nº108	0	457 736	N.a.	Imóvel alienado em 2014
Largo da Quinta Grande, nº13	0	332 800	N.a.	Imóvel alienado em 2014
Rua Bernardo Francisco Costa, nº4	0	631 183	N.a.	Imóvel alienado em 2014
Estrada de Benfica nº 402	0	707 817	N.a.	Imóvel alienado em 2014
Total	55 206 058	63 761 507		

Os imóveis detidos pelo Fundo geraram Rendimentos sob forma de rendas no valor total de 4 807 708 euros (4 893 540 euros em 2013), tendo sido diferidas as rendas de referentes ao mês de Janeiro de 2015, no valor de 361 786 euros, as quais foram recebidas em Dezembro de 2014.

7. Riscos associados à carteira de investimentos

- Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
- O fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

- Risco de Crédito

- Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.



- Risco de Taxa de Juro
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e conseqüentemente do Fundo.
- Risco Financeiro
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos activos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os activos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos activos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Objectivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco. Métodos de Mensuração de Risco

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da actividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspectiva global como dentro de cada área de actividade.



Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos activos dos fundos distribuídos por classe de activos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os activos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rendibilidade do Fundo e respectiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas correctivas, assim como a concentração do património por tipo de activos.
- Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Análise de sensibilidade

Com base na carteira a 31 de Dezembro de 2012 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo das seguintes variações de mercado:

- Variações de 15% na taxa de câmbio EUR/USD;
- Variações de 30% no mercado accionista;
- Variações de 10% no mercado imobiliário;
- Variações de 100 pb nos spreads de crédito;
- Variações paralelas de 100 pb na curva de rendimentos.



Os resultados obtidos foram os seguintes:

Impacto no Fundo (pb)	Alteração Taxa de câmbio		Alteração Preço		Alteração Preço		Alteração Spreads		Deslocação Paralela	
	EUR/ USD		Acções		Mercado Imobiliário		Crédito		Taxas de Juro	
	15%	-15%	30%	-30%	10%	-10%	100 pb	(100) pb	100 pb	(100) pb
2014	N/A	N/A	530	(530)	263	(263)	(150)	150	(180)	180
2013	N/A	N/A	502	(502)	311	(311)	(140)	140	(128)	128

8. Outros devedores

A rubrica Outros devedores, 4 057 998 euros, inclui exclusivamente o montante das contas margem associadas a contratos de futuros em vigor em 31 de Dezembro de 2014 os quais totalizavam (6 719 341 euros em 31 de Dezembro de 2013).

9. Acréscimos e diferimentos – Juros a receber

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013:

Descrição		31.12.14	31.12.13
Juros Carteira de títulos	Nota 5	6 715 841	5 939 624
Depositos a prazo		24 366	-
Depositos à ordem	-	1 159	3 351
TOTAL		6 741 367	5 942 975

10. Outros credores

A rubrica Outros credores, 1 181 820 euros, inclui em 31 de Dezembro de 2014 essencialmente os seguintes montantes: (i) Pendente referente à especialização da apólice de seguros constituída a favor do Fundo de Pensões a liquidar em 2015, 969 121 euros; (ii) Pendentes de compras e vendas de títulos a liquidar, 119 221 euros.

11. Rendimentos - Gastos e Ganhos - Perdas

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2014.



Rendimentos e Ganhos	Ganhos		Rendimentos	31.12.14	31.12.13
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	2 407 312	1 136 427	1 494 590	5 038 329	7 501 743
Imóveis	-	31 230	4 807 708	4 838 938	4 923 259
Títulos de dívida	34 094 177	11 915 805	12 137 619	58 147 601	28 486 708
Depósitos	-	-	35 502	35 502	100 999
Papel Comercial	-	-	577 088	577 088	192 910
Derivados	441 084	24 937 117	752 752	26 130 953	13 382 994
Unidades de participação	8 285 735	756 207	2 042 650	11 084 592	38 946 634
Outros	-	969 386	-	969 386	128 923
Total	45 228 308	39 746 172	21 847 909	106 822 388	93 664 170

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31.12.14	31.12.13
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	4 876 411	448 144	-	5 324 555	1 769 380
Imóveis	5 515 489	51 190	-	5 566 679	4 691 459
Títulos de dívida	921 236	21 071 645	-	21 992 881	574 332
Depósitos	-	-	-	-	-
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Derivados	971 579	25 100 919	-	26 072 498	11 517 144
Unidades de participação	13 160 601	155 801	-	13 316 401	33 808 055
Outros	-	344 064	-	344 064	550 336
Total	25 445 315	47 171 764	-	72 617 079	52 910 706

12. Comissões

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respectivo Regulamento de Gestão do Fundo.

Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2014, bem como o método de cálculo definido no respectivo regulamento.

Descrição	31.12.14	31.12.13	Método de Cálculo
Comissão de Gestão	1 249 339	1 209 410	0,045% (anual) sobre o Valor Médio da Carteira (média aritmética das valorizações da carteira do Fundo referentes ao último dia de cada mês) no final de cada trimestre.
EMIR	208	-	
Outras comissões	283 798	2 607 247	
Taxa ISP	37 796	27 996	
Estudo Actuarial	240 000	195 278	
Custos de Auditoria	15 000	23 130	
Total	1 826 142	4 063 061	



13. Contribuições

Durante o ano de 2014 foram efectuadas contribuições para o Fundo no valor de 78 741 441 Euros, abaixo discriminadas. As contribuições efectuadas decorrem do que está definido nos termos do ACT.

Contribuições	31.12.14	31.12.13
Contribuições participantes	2 325 803	2 542 109
Contribuição Serviço Militar	5 367	8 583
Contribuição SAMS	13 000 000	8 900 000
Contribuição Associados	-	-
Contribuições Extraordinária	63 410 272	47 100 000
Total	78 741 441	58 550 692

14. Benefícios Pagos

Foram pagos benefícios no valor de 38 532 011 euros durante o exercício, tal como discriminado na tabela abaixo.

Pensões	31.12.14	31.12.13
Reformas	31 570 363	31 567 560
Subsídio de Morte	18 587	21 297
SAMS	6 943 060	6 920 793
Serviço Militar	-	-
Total	38 532 011	38 509 649

15. Outras Receitas e Despesas

As receitas provenientes das apólices de seguro constituídas a favor do Fundo de Pensões encontram-se incluídas na rubrica de *Outras Receitas*. Durante o exercício foram liquidados sinistros no valor de 128 760 euros (189 927 euros em 2013) e pagos prémios de seguros no valor de 1 823 667 euros.

As Outras despesas, que totalizam cerca de 760 097 euros, apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.14	31.12.13
Obras em Imóveis	189 557	68 077
Imposto Municipal Imóveis	63 171	69 669
Impostos - Retenção fonte	497 020	-
Outros	10 349	67 563
Total	760 097	205 309



No exercício de 2014 o Fundo regularizou montantes de retenções na fonte sofridas que se encontravam registadas no seu activo em 31 de Dezembro de 2013, por considerar que os mesmos não serão recuperáveis.



IV - Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Fundo de Pensões Banco Santander Totta**, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 912 207 520 euros, um valor do Fundo de 910 580 269 euros e um resultado líquido de 70 037 178 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da sociedade gestora Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA:
 - a preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
 - a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Pensões;
 - a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - o adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis a Fundos de Pensões, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e
 - a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da sociedade gestora, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a verificação do adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis aos Fundos de Pensões, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Fundo de Pensões Banco Santander Totta**, gerido pela sociedade gestora Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

8.1. Conforme mencionado no Relatório de gestão, não se encontra a ser cumprido o limite legal indicado na Norma Regulamentar nº 9/2007 de 28 de Junho, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no que respeita ao investimento afecto a uma mesma sociedade associada do Fundo (5% de acordo com o alínea a) do nº 2 do artigo 12º da referida Norma), que representa em 31 de Dezembro de 2014 cerca de 10,76% do total do valor do Fundo.

8.2. Conforme referido no Relatório de Gestão, à data de 31 de Dezembro de 2014, não se encontram a ser cumpridos alguns dos limites de investimento definidos no Anexo I do Contrato de Gestão do Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, nomeadamente no que respeita: (i) ao limite de investimento em activos imobiliários (limite máximo de 25%, que representa a esta data 26,26%); (ii) limite de investimento em obrigações de taxa variável (limite mínimo de 20%, que representa a esta data 3,25%), e (iii) limite de investimento em Fundos Imobiliários externos (limite máximo de 5%, que representa a esta data 5,92%).

Salienta-se, no entanto, que foi submetido ao organismo regulador (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), um plano de regularização das situações de incumprimento, em consequência dos impactos decorrentes da transferência para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, conforme disposto no Decreto-Lei nº 127/2011.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 20 de Março de 2015

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961